

**QUEM SÃO E O QUE FAZEM OS IDOSOS
QUE ESTÃO NO MERCADO DE TRABALHO DA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO**



Autora deste número

Marcia Halben Guerra, pesquisadora da
Fundação Seade.



SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Diretora Executiva

Margareth Izumi Watanabe (Interina)

Diretor-adjunto Administrativo e Financeiro

Silvio Aleixo

Diretora-adjunta de Análise e Disseminação de Informações

Rovena Maria Carvalho Negreiros

Diretora-adjunta de Metodologia e Produção de Dados

Margareth Izumi Watanabe

Presidente do Conselho de Curadores

Carlos Antonio Luque

Corpo editorial

Margareth Izumi Watanabe;

Rovena Maria Carvalho Negreiros;

Oswaldo Guizzardi Filho e

Sarah Maria Monteiro dos Santos

Edição

Cássia Chrispiniano Adduci

APRESENTAÇÃO

PESQUISAS INSERIDAS NO DEBATE PÚBLICO

O Seade é uma instituição que remonta ao século 19, com o surgimento da Repartição da Estatística e do Arquivo do Estado, em 1892. Ao longo de mais de um século, tem contribuído para o conhecimento do Estado por meio de estatísticas, com um conjunto amplo de pesquisas sobre diversos aspectos da sociedade e do território de São Paulo. Levar parte importante desse volume de informação e suas interconexões ao público é, por sua vez, uma tarefa tão relevante quanto desafiadora.

O Projeto Primeira Análise visa divulgar parte do universo de conhecimento da instituição, ao dialogar com temas de interesse social. Os artigos que compõem o projeto procuram sinalizar de forma concisa tendências e apresentar uma análise preliminar do tema tratado. Trata-se de texto autoral, de caráter analítico e científico, com aval de qualidade do Seade.

Os textos são destinados a um público formado por gestores públicos, ao oferecer informação qualificada e de fácil compreensão; ao meio acadêmico e de pesquisa aplicada, por meio de abordagem analítica preliminar de temas de interesse científico; e para a mídia em geral, ao suscitar pautas sobre questões relevantes para a sociedade.

Os artigos do projeto têm periodicidade mensal e estão disponíveis na página do Seade na Internet. Os temas englobam aspectos econômicos, sociais e de interesse geral, abordados em perspectiva de auxiliar na formulação de políticas públicas.

Desta forma, o Seade mais uma vez se reafirma como uma instituição ímpar no fornecimento de informações de importância para o conhecimento do Estado de São Paulo e para a formulação de suas políticas públicas.

Margareth Izumi Watanabe

QUEM SÃO E O QUE FAZEM OS IDOSOS QUE ESTÃO NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO¹

RESUMO: *Nas últimas décadas, o perfil da mão de obra na Região Metropolitana de São Paulo apresentou maior participação feminina e decréscimo da presença de jovens, concomitantemente ao aumento da inserção das pessoas acima dos 60 anos. O presente estudo aborda o perfil dessa população idosa e as formas de sua inserção no mercado de trabalho da região, bem como a influência dos rendimentos do idoso tanto para sua (re)inserção, como para a manutenção do seu sustento e/ou padrão de vida familiar.*

SUMÁRIO EXECUTIVO

- *No Estado de São Paulo, em 2015, o grupo etário de 60 anos e mais representava 13,19% da população paulista e estima-se que, em 2030, essa proporção alcance cerca de 20,0%, com uma expectativa de vida ao nascer de aproximadamente 75,7 anos.*
- *No biênio 1986/87, 78,7% dos idosos estavam na condição de inativos, porcentual que diminuiu para 76,9%, em 2014/15. A maior parte dos idosos que se mantinham economicamente ativos permanecia ocupada e não desempregada.*
- *Viver da ajuda de parentes e/ou conhecidos era uma situação mencionada por cerca de 2% dos idosos de 60 anos e mais como motivo de inatividade em 2014/15, proporção que, em 1986/87,*

1. A autora agradece a Ana Maria Belavenuto, técnica do Dieese, pela contribuição na construção inicial do escopo do trabalho, e aos técnicos Edgard de Assis Carvalho Rodrigues Fusaro e Mariza Tokie Watanabe Taira, da Divisão de Produção da Fundação Seade, pela elaboração e discussão das bases utilizadas neste estudo.

chegava a quase o triplo (5,7%), indicando crescente, embora lenta, independência dessa parcela.

- *Seguindo movimento semelhante ao do total do mercado de trabalho na RMSP, a taxa de participação das pessoas de 60 anos e mais, entre os biênios 1986/87 e 2014/15, aumentou de 10,5% para 14,9%, entre as mulheres, e variou de 35,3% para 34,9%, para os homens.*
- *No biênio 2014/15, a maior parte dos idosos de 60 a 64 anos era assalariada, principalmente no setor privado com carteira de trabalho assinada, e, a partir dos 65 anos de idade, inseriam-se de forma mais intensa como autônomos.*

INTRODUÇÃO

Um dos fenômenos reconhecidos como uma das maiores conquistas da humanidade é o aumento da expectativa de vida em diversas partes do mundo. No entanto, enquanto a sociedade comemora a longevidade, é necessário igualmente se preparar para as mudanças que exigirão um redesenho do papel social de seus membros e instituições, em um contexto que tende a inverter a pirâmide etária, em prazo relativamente curto. Conforme definido no primeiro Fórum Global Intergovernamental sobre o Envelhecimento, realizado pela Assembleia das Nações Unidas em Viena em 1982, é preciso estabelecer planos que garantam a segurança econômica e social dos idosos.

Aos governos, o desafio é colocar, em suas agendas, políticas que proporcionem condições de maior bem-estar para a população: no plano econômico, por meio de políticas de proteção social que garantam a sustentação da renda dos idosos e, muitas vezes, de sua família; no plano da segurança social, a partir de um conjunto de ações promotoras de bem-estar, tais como políticas de saúde pública, facilidades de acesso ao transporte público, cultura e lazer. Além desses aspectos, é importante também a construção coletiva de um adequado convívio intergeracional, na medida em que a estrutura de valores repassados a cada geração vai se modificando e, por vezes, entrando em conflito com a geração anterior.

Nos diversos países onde são aplicadas, as políticas de inclusão social da população idosa têm tentado assegurar um nível mínimo de renda. Nos países mais pobres constata-se, inclusive, que as políticas de proteção social voltadas às pessoas de maior idade, quando se tornam efetivas, têm contribuído, muitas vezes, para a sustentação econômica de seus grupos familiares. Tais polí-

ticas, dentre estas as pensões, aposentadorias, benefícios por incapacidade e desemprego, são reconhecidas como instrumentos que proporcionam certa segurança financeira e social, refletindo-se no desenvolvimento econômico e social de países não desenvolvidos, uma vez que o crescimento econômico por si só tem se revelado incapaz de diminuir as desigualdades sociais.

As últimas décadas foram marcadas por mudanças profundas e constantes no mercado de trabalho, com a expansão do setor de serviços, entrada massiva das mulheres no mundo do trabalho, maior demanda por mão de obra qualificada, expansão do emprego formal, expressivo aumento do salário mínimo, entre outras. Além disso, as mudanças demográficas tendem a impactar profundamente na economia, pautando o mercado de trabalho.

Estender a vida produtiva das populações consideradas idosas, como forma não só de “aliviar” as políticas de previdência social, mas também de garantir a mão de obra necessária no futuro, tornou-se pauta central dos países desenvolvidos, onde o processo de envelhecimento já é questão presente. Entretanto, trata-se de um tema polêmico, tendo em vista diversos aspectos que tendem a diferenciar o trabalhador, tais como o tempo de trabalho de parcela de trabalhadores que iniciaram sua vida produtiva e remunerada mais cedo do que os demais, especialmente em países menos desenvolvidos, e o tempo de aposentadoria das mulheres, em função do papel social que lhes é atribuído, exigindo maior dedicação às atividades domésticas, diante da maior responsabilidade que lhes é delegada no cuidado da casa, dos filhos e dos idosos.

O Brasil não se diferencia do resto do mundo e o processo de envelhecimento da população brasileira se verifica de forma generalizada, com intensidades distintas de acordo com cada região. Em 1991, 7,3% da população brasileira era composta por pessoas de 60 anos e mais, proporção que se elevou para 8,6%, em 2000, e para 10,8%, em 2010, segundo o IBGE. Esses indicadores já apontavam para as transformações estruturais do perfil etário da população brasileira.

No Estado de São Paulo, em 2015, o grupo etário de 60 anos e mais representava 13,19% da população paulista e estima-se que em 2030 essa proporção será de cerca de 20,0%, com uma expectativa de vida de aproximadamente 75,7 anos.² A tendência para 2050 indica que essa participação na população total atingirá 29,8% (FUNDAÇÃO SEADE, 2013).

2. Fundação Seade. *Sistema Seade de Projeções Populacionais*. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>>. Acesso em: 24 maio 2016.

Esse progressivo envelhecimento da população impactará a sociedade brasileira sob vários aspectos, inclusive o mercado de trabalho, e a tendência declinante da taxa de reposição da população deverá afetar o perfil da população economicamente ativa, que na atualidade apresenta-se, predominantemente, jovem.³

Este estudo tem como objetivo apresentar alguns aspectos da inserção do idoso no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, de modo a identificar padrões específicos dessa população.⁴ Para tanto, são utilizados dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada mensalmente pela Fundação Seade e pelo Dieese desde 1985, na Região Metropolitana de São Paulo, que apresenta ampla variedade de informações sobre o perfil dos trabalhadores e o mercado de trabalho da região.

CARACTERÍSTICAS PESSOAIS E FAMILIARES

Um primeiro aspecto que deve ser destacado é a maior presença de mulheres nas faixas etárias mais elevadas, fruto tanto da maior presença delas na população brasileira, como da maior expectativa de vida feminina. Assim, quanto maior a faixa etária, maior a proporção de mulheres em relação aos homens, revelando as condições sociais da senescência segundo gênero, principalmente a situação por vezes mais vulnerável das mulheres frente aos homens, uma vez que são recentes sua entrada massiva no mundo do trabalho e, conseqüentemente, seu direito à aposentadoria por tempo de trabalho.

Essa característica traz reflexos importantes para a População em Idade Ativa – PIA.⁵ No biênio 2014/15, enquanto 52,0% dos jovens e adultos de 16 a 59 anos eram mulheres, essa proporção elevava-se para 58,7% entre as pessoas de 60 anos e mais. Observando-se mais detalhadamente a PIA para o mesmo período, as mulheres representavam 57,6% da população de 65 a 69 anos e 63,1% daquela de 75 anos e mais, com tendência crescente nas últimas décadas. O fato de as mulheres serem parcela maior

3. “O período que termina aproximadamente em 2030 se caracteriza por apresentar uma alta proporção de pessoas em idades potencialmente ativas, comparativamente aos grupos etários teoricamente dependentes: jovens menores de 15 anos e idosos com mais de 60 anos. Esse período, denominado de janela demográfica ou bônus demográfico, seria favorável ao desenvolvimento econômico.” (FLORES, 2015, p. 1).

4. A Organização Mundial da Saúde – OMS define como população idosa, para países desenvolvidos, aquela com 65 anos ou mais e, para os em desenvolvimento, aquela com idade igual ou superior a 60 anos, idade esta referendada pelo Estatuto do Idoso brasileiro, de 2003.

5. Definem-se em idade ativa as pessoas de dez anos ou mais de idade.

da população, somado ao crescimento de sua participação em ocupações formais, permite vislumbrar, em um futuro não muito distante, uma presença feminina importante entre os aposentados.

Além de predominantemente feminina, a população idosa é não negra, embora a proporção de negros venha aumentando em todas as faixas etárias, como já constatado nos últimos Censos Demográficos, em razão principalmente de mudanças culturais pautadas pelas políticas de afirmação racial. No biênio 2014/15, 29,0% dos idosos de 60 anos e mais eram negros, contra 15,3% em 1986/87.

A família brasileira, mais especificamente a da RMSP, mais urbana e inserida nas facilidades e problemas de uma metrópole, mudou. Além de seu envelhecimento e da diminuição no número de seus componentes, nota-se o crescimento de outras composições em seus arranjos, notadamente devido à paulatina mudança na inserção do idoso na sociedade. Assim, parcela de pessoas mais velhas, que antes moravam com seus filhos, passou a morar sozinha ou permaneceu chefiando sua família.

Se em 1986/87 cerca de 39,0% das famílias tradicionais, constituídas por casal com filhos,⁶ tinham pelo menos um idoso entre seus componentes, em 2014/15, essa parcela diminuiu para 26,6%. Como reflexo das mudanças culturais observadas e da consequente alteração na composição das famílias, aumentou a proporção daquelas com pelo menos um idoso entre as famílias constituídas por chefes com filhos, seguidas pelas unipessoais (pessoas que moram sozinhas) – principalmente por mulheres que moram sozinhas – e casal sem filhos. Essas alterações nas composições familiares refletem, sem dúvida, a maior longevidade, as melhores condições de saúde da população e a crescente independência familiar e financeira dos mais velhos.

IDOSO E A INATIVIDADE

A alteração do papel social e comportamento do idoso, pautados, entre outras coisas, pela premência econômica e pelas alterações na política de aposentadoria,⁷ é percebida na diminuição da parcela daqueles que não

6. As famílias aqui abordadas podem possuir em sua composição parentes e/ou agregados, o que no caso dos idosos é fundamental quando, por exemplo, estes moram com seus filhos ou irmãos (quando são classificados como outro parente).

7. A alteração recente na legislação da Previdência Social limitou a aposentadoria por idade dos homens para a partir dos 65 anos e a das mulheres a partir dos 60 anos, ou por outros meios que levam em conta tempo de contribuição, impactando na participação da população mais velha no mercado de trabalho. Ver Ministério do Trabalho e Previdência Social (<http://www.mtps.gov.br/aposentadoria>).

trabalhavam (inativos), ainda que permaneça elevada: no biênio 1986/87, 78,7% dos idosos estavam nessa condição, porcentual que diminuiu para 76,9%, em 2014/15. A exceção foi o aumento da inatividade entre aqueles de 75 anos e mais, sendo que em 2014/15, como esperado, a maior proporção de inativos era observada nessa faixa etária, uma vez que essa situação aumenta conforme a população envelhece (Tabela 1).

TABELA 1

Distribuição da população de 60 anos e mais, por condição de atividade, segundo faixas etárias

Região Metropolitana de São Paulo – 1986/87-2014/15

Em porcentagem

Faixas etárias	População em Idade Ativa				
	Total	População Economicamente Ativa			Inativos
		Total	Ocupados	Desempregados	
1986/87					
60 anos e mais	100,0	21,3	20,5	0,7	78,7
60 a 64 anos	100,0	33,4	32,1	(1)	66,6
65 a 69 anos	100,0	21,3	20,5	(1)	78,7
70 anos e mais	100,0	8,9	8,7	(1)	91,1
70 a 74 anos	100,0	11,5	11,2	(1)	88,5
75 anos e mais	100,0	6,6	6,5	(1)	93,4
1999/00					
60 anos e mais	100,0	21,9	20,1	1,9	78,0
60 a 64 anos	100,0	36,9	33,3	3,7	63,1
65 a 69 anos	100,0	24,5	22,6	(1)	75,5
70 anos e mais	100,0	9,3	8,8	(1)	90,7
70 a 74 anos	100,0	13,6	12,7	(1)	86,4
75 anos e mais	100,0	5,8	5,5	(1)	94,2
2014/15					
60 anos e mais	100,0	23,1	22,2	0,9	76,9
60 a 64 anos	100,0	42,3	40,3	2,0	57,7
65 a 69 anos	100,0	23,9	23,2	(1)	76,1
70 anos e mais	100,0	7,7	7,5	(1)	92,3
70 a 74 anos	100,0	11,8	11,5	(1)	88,2
75 anos e mais	100,0	5,0	4,9	(1)	95,0

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e MTPS/FAT.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Os inativos são sobretudo aposentados ou pensionistas, chamando a atenção a condição das mulheres, que apontam como principal motivo da inatividade a necessidade de cuidar dos afazeres domésticos. Viver da ajuda de parentes e/ou conhecidos era uma situação mencionada por cerca de 2% dos idosos de 60 anos e mais como motivo de inatividade em 2014/15, proporção que, em 1986/87, chegava a quase o triplo (5,7%), indicando uma crescente, embora lenta, independência dessa parcela.

A renda familiar mais elevada parece impactar diretamente na participação do idoso no mercado de trabalho, notando-se maior parcela nessa situação inserida no mercado de trabalho.⁸ Sabe-se que a principal fonte de sustento das famílias corresponde ao rendimento obtido pelo trabalho e, com o advento da aposentadoria, o valor dos rendimentos, geralmente, sofre uma redução, tornando-se inferior àquele recebido durante a vida ativa, o que dificulta a manutenção do padrão de vida familiar. Isso torna-se um fator importante de estímulo para a reinserção ou permanência no mundo do trabalho para parte dos idosos, mesmo após a aposentadoria.

A população com maior qualificação profissional, oriunda principalmente do setor privado, é a que sofre maior rebaixamento no seu padrão de bem-estar e a que tem maior tendência a se manter ativa no mercado de trabalho. Nesse processo, a vantagem do empregador relaciona-se à maior escolaridade, à experiência e ao equilíbrio emocional, características importantes em determinados ramos de negócios, o que pode favorecer a reinserção ou permanência desses idosos no mundo do trabalho.

PARTICIPAÇÃO DO IDOSO NO MUNDO DO TRABALHO

Perfil etário e educacional

A População Economicamente Ativa – PEA (ocupados e desempregados) é formada, principalmente, por indivíduos de 16 a 59 anos, sobretudo por aqueles de até 40 anos e, em menor intensidade, pelas pessoas de 40 a 49 anos. Como já mencionado, os idosos têm aumentado sua presença no mundo do trabalho, notadamente aqueles de 60 a 64 anos, aqui também pela influência do fator previdenciário, estabelecido em 1999.⁹

8. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do IBGE, em 2013.

9. Fórmula matemática utilizada para definir o valor das aposentadorias do INSS. O objetivo é incentivar o contribuinte a trabalhar por mais tempo, reduzindo o benefício de quem se aposenta antes dos 60 anos de idade e 30 anos de contribuição, no caso das mulheres, e 65 anos de idade e 35 anos de contribuição, no caso dos homens. Quanto menor a idade no momento da aposentadoria, maior é o redutor do benefício.

Entretanto, além de registrar maior parcela de inativos, há lento crescimento da inserção ou permanência de idosos no mercado de trabalho, e a boa notícia é que a maior parte daqueles que se mantêm economicamente ativa permanece ocupada e não desempregada: enquanto em 1986/87 20,5% dos idosos de 60 anos e mais estavam ocupados, em 2014/15 essa proporção aumentou para 22,2% (Tabela 1). Em ambos os períodos, a maior presença de idosos no mercado de trabalho, como anteriormente observado, verifica-se entre aqueles de 60 a 64 anos, diminuindo a participação, como esperado, à medida que a idade avança.

A universalização do acesso à educação e o consequente aumento do nível de escolaridade da população são fenômenos relativamente recentes. Assim, nas últimas décadas, essa expansão atingiu principalmente os mais jovens, seguidos por aqueles com 40 anos e mais. Entre as pessoas com 60 anos e mais, a elevação teve menor impacto nos anos anteriores e paulatinamente vem crescendo até os dias atuais, acompanhando o envelhecimento da população. Dessa forma, ao se considerar as pessoas de 60 a 64 anos, observou-se um gradual aumento da escolaridade: em 1986/87, cerca de 7,0% dos idosos nessa faixa etária afirmaram haver concluído o ensino superior, parcela que mais do que dobrou no biênio 1999/00 e alcançou 18,7% em 2014/15. Entre aqueles com 70 anos e mais, essa informação não é passível de desagregação no primeiro biênio, mas passou de 13,6% em 1999/00 para 19,5% no último período, o que denota crescimento do nível de escolaridade também para essa parcela, embora de forma mais lenta.

Os estudos de gênero têm mostrado que a escolaridade das mulheres é maior do que a dos homens, tanto na população em geral como naquela inserida no mercado de trabalho. Essa é uma verdade, especialmente, para a principal parcela da força de trabalho. Para a população mais velha, herdeira direta de uma sociedade mais conservadora e patriarcal, foram os homens que tiveram maior acesso aos bancos escolares, o que se reflete apenas parcialmente nas informações atuais sobre a PEA nas faixas etárias superiores, cujos homens apresentam proporções levemente maiores de conclusão de ensinos médio e superior. O que se pode depreender, e como se discute ao longo desse texto, é que justamente aqueles com maior escolaridade, tanto mulheres como homens, são parte importante dos idosos que se mantêm ou retornam ao mercado de trabalho.

Fatores que diferenciam a participação no mercado de trabalho

A taxa de participação¹⁰ no mercado de trabalho na RMSP aumentou nas últimas três décadas, devido exclusivamente à entrada das mulheres no mundo do trabalho, uma vez que para os homens esse indicador vem registrando tendência de declínio. O mesmo movimento é observado entre as pessoas de 60 anos e mais, embora em menor intensidade, sendo que a participação das mulheres nessa faixa etária ampliou-se de 10,5%, em 1986/87, para 14,8%, em 2014/15, e a dos homens diminuiu de 35,3% para 34,9%, no mesmo período (Tabela 2).

T
A
B
E
L
A

2

Taxas de participação, segundo sexo e faixas etárias Região Metropolitana de São Paulo – 1986/87-2014/15

Em porcentagem

Sexo e faixas etárias	1986/87	1999/00	2014/15
Total (1)	61,8	62,3	62,5
60 anos e mais	21,3	21,9	23,1
60 a 64 anos	33,4	36,9	42,3
65 a 69 anos	21,3	24,5	23,9
70 anos e mais	8,9	9,3	7,7
70 a 74 anos	11,5	13,6	11,8
75 anos e mais	6,6	5,8	5,0
Mulheres	46,2	52,4	55,2
60 anos e mais	10,5	12,1	14,8
60 a 64 anos	16,7	22,4	29,9
65 a 69 anos	11,4	13,4	15,4
70 anos e mais	4,1	4,6	3,8
70 a 74 anos	(2)	6,7	6,5
75 anos e mais	(2)	(2)	(2)
Homens	78,4	73,4	70,7
60 anos e mais	35,3	35,7	34,9
60 a 64 anos	53,4	55,0	58,1
65 a 69 anos	33,7	38,9	35,6
70 anos e mais	16,0	17,0	13,9
70 a 74 anos	20,7	23,4	19,3
75 anos e mais	11,6	10,9	9,8

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e MTPS/FAT.

(1) População de dez anos e mais.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

10. Proporção de indivíduos com dez anos ou mais de idade inseridos no mercado de trabalho, na situação de ocupados ou de desempregados.

Desagregando os dados por idade, observa-se que mulheres e homens de 65 a 69 anos aumentaram sua participação, sendo mais intensa entre as primeiras. Já entre as pessoas com 70 anos e mais, os homens retraíram sua participação no período e as mulheres apresentaram pequena redução, ainda que elas registrassem cerca de um quarto da taxa masculina nessa faixa etária.

A sociedade tradicional, baseada no homem provedor de sua família, torna a participação dos chefes de domicílio muito superior à das mulheres. Na maioria dos casos, as mulheres tornam-se chefes na ausência do elemento masculino, de forma mais acentuada entre as pessoas de 60 anos e mais, pelo fato de a própria longevidade feminina ser superior à masculina.

Entretanto, não se pode esquecer que a geração que está em torno dos 60/70 anos de idade viveu os anos 1970 e as mudanças culturais que ocorreram, principalmente, a partir dessa década e que atingiram sobremaneira o comportamento feminino, desde os costumes até sua independência em relação à família e aos homens. Essas mudanças sem dúvida refletem, em conjunto com a necessidade econômica, a maior participação das cônjuges no mercado de trabalho, registrada nas últimas décadas. Observa-se que, a partir dos 60 anos de idade, essas cônjuges expandem sua presença no mercado de trabalho, como, por exemplo, aquelas com 65 a 69 anos, cuja taxa de participação aumentou de 10,8% para 13,6%, entre os biênios 1999/00 e 2014/15.

A constatação do prolongamento da vida economicamente ativa por parte das pessoas de maior idade é acompanhada por uma outra: possuir maior nível de escolaridade está diretamente ligado à sua permanência ou retorno ao mundo do trabalho, principalmente em relação aos homens. Como já mencionado, quanto maior a escolaridade, maiores são o rendimento e, conseqüentemente, o padrão de vida; todavia, como o rendimento da aposentadoria, na maioria das vezes, não possibilita a manutenção desse nível, torna-se necessário buscar outras formas para compor a renda familiar.

Sem dúvida pesa também o tipo de ocupação exercida, pois as pessoas com maior escolaridade, na maioria das vezes, exercem trabalhos fisicamente menos extenuantes, com menor desgaste durante a vida ativa, refletindo em melhor saúde nas faixas etárias superiores. Se escolaridade e tipo de ocupação influenciam na continuação da vida economicamente ativa na velhice, também é verdade que fatores como o aumento da expectativa de vida, a melhoria na qualidade de vida da população idosa e a alteração na forma como a sociedade encara essas pessoas exercem papel relevante nesse contexto.

Entretanto, é importante destacar as diferenças por sexo. No primeiro biênio analisado (1986/87), as mulheres com 60 anos e mais nem sequer apresentavam amostra passível de desagregação, enquanto entre os homens essa impossibilidade aparecia somente a partir dos 65 anos e mais. A partir de 1999/00, com o aumento da escolaridade da população em geral e a maior presença feminina no mercado de trabalho, tornou-se possível observar, entre as mulheres de 60 anos e mais, taxas de participação tanto para o ensino médio completo (14,3%) como para o superior completo (28,9%). Já os homens na mesma faixa e com ensino médio completo aumentaram sua participação de 54,9% para 59,5%, entre 1986/87 e 1999/00, enquanto houve redução para aqueles com ensino superior completo (de 70,8% para 69,1%), valendo observar ainda a taxa de participação para os homens de 65 a 69 anos e mais com ensino superior completo em 1999/00 (58,7%).

O biênio 2014/15 apresentou amostra passível de desagregação para as mulheres de 60 a 64 anos que participavam do mercado de trabalho, tanto para aquelas que concluíram o ensino médio (34,1%) como para as que possuíam ensino superior (49,0%), evidenciando sua maior presença no mundo do trabalho, nesse último período. Os homens na mesma faixa etária expandiram sua participação nesses dois níveis de escolaridade e aqueles com 65 a 69 anos, cuja amostra não permitia desagregação anteriormente, passaram a registrar 40,1% e 49,3%, respectivamente, além de se registrar participação de homens de 70 anos e mais com ensino superior (27,8%).

Ocupados: onde trabalham e quais suas relações de trabalho

Apesar das diferenças de perfil dos idosos em relação aos mais jovens, não se verifica o mesmo quando se considera sua inserção por setor de atividade econômica. O setor Serviços era o que mais absorvia mão de obra na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP no biênio 2014/15, abrigando mais da metade do total de ocupados (57,7%), fato que ocorria também entre aqueles de 60 anos e mais (58,5%) e 70 anos e mais (54,2%), principalmente nas atividades de administração pública e de alojamento e alimentação, artes, cultura, esporte e recreação. O Comércio, segundo maior empregador de mão de obra na região, também ocupava a mesma posição entre os de maior idade e a Indústria, tradicionalmente relacionada à maior absorção de mão de obra masculina, empregava pouco menos.

Os serviços domésticos absorviam 10,0% da mão de obra de pessoas com 60 anos e mais, geralmente mulheres com menor escolaridade e pouca ou nenhuma qualificação. Note-se que a Construção, cujas características de tra-

balho são na maior parte relacionadas a atividades não administrativas, sendo que muitas exigem força física ou são extenuantes, contratando em sua maioria homens, empregava quase 10,0% da força de trabalho de 60 a 69 anos, em proporção superior ao emprego daqueles na faixa de 16 a 59 anos (7,3%).

Sob a perspectiva etária, verifica-se absorção importante da mão de obra de 60 a 64 anos naqueles setores com menores exigências de qualificação e que empregavam massivamente pessoas do mesmo sexo: a Construção (10,0% do total de ocupados no setor), no caso dos homens; e os serviços domésticos (10,9%), no caso das mulheres. Já os setores que mais absorviam mão de obra de 70 anos e mais eram o Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (26,2%) e os Serviços (54,2%), principalmente de alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (17,2%).

A qualidade da ocupação pode ser verificada, entre outras abordagens, pelo tipo de relação de trabalho estabelecida, ou seja, a posição na ocupação. No biênio 2014/15, a maior parte dos idosos de 60 a 64 anos era assalariada, principalmente no setor privado com carteira de trabalho assinada (26,2%), seguido pelo setor público (10,7%), sendo que a parcela de autônomos (32,0%) era pouco menor do que a do total de assalariados do setor privado, com ou sem carteira (33,4%). A partir dos 65 anos de idade, os idosos passam a trabalhar de forma mais intensa como autônomos, talvez pela resistência das empresas em contratar pessoas dessa faixa etária, além de ser uma opção de parte dessa mão de obra pela maior flexibilidade de horário que esse tipo de trabalho pode oferecer.

Há, ainda, duas informações que merecem destaque. A primeira diz respeito ao decréscimo do percentual de idosos de 60 anos e mais que tinham um trabalho adicional, além do principal (de 4,8%, em 1986/87, para 2,6%, em 2014/15), fato que também se observa para o total de ocupados. A segunda, e não menos importante, é o aumento da proporção de ocupados que eram aposentados e/ou pensionistas (Tabela 3). Entre 1986/87 e 1999/00, essa expansão é observada em todas as faixas etárias, provavelmente impulsionada pelo momento econômico desfavorável que o país atravessava, levando parcela dessas pessoas a recorrer a um trabalho remunerado em busca de aumento de renda. Já no último período, esse percentual continua a crescer somente nas faixas etárias maiores ou igual a 70 anos, podendo-se deduzir que, apesar do importante aumento dos valores da aposentadoria no período recente, esse não foi suficiente para o sustento dessa parcela etária, ou mesmo que parte dessa população optou por manter-se ou reinserir-se no mundo do trabalho, por diferentes razões.

Proporção de ocupados que são aposentados/pensionistas, segundo faixas etárias

Região Metropolitana de São Paulo – 1986/87-2014/15

Em porcentagem

Faixas etárias	1986/87	1999/00	2014/15
Total (1)	4,4	6,4	4,4
60 anos e mais	45,4	58,4	47,2
60 a 64 anos	34,1	47,3	31,2
65 a 69 anos	53,9	64,7	61,8
70 anos e mais	74,1	80,5	88,0
70 a 74 anos	74,3	79,0	85,0
75 anos e mais	73,9	83,2	92,6

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e MTPS/FAT.

(1) População de dez anos e mais.

O reconhecido baixo valor do benefício previdenciário por si só não explica a expansão da participação dos idosos aposentados e/ou pensionistas no mercado de trabalho com o intuito de aumentar a renda, mesmo porque, entre 1986/87 e 2014/15, elevou-se o peso dessa fonte no total dos rendimentos obtidos em todas faixas etárias para os ocupados aposentados e/ou pensionistas, pautado pela política recente de valorização dos rendimentos da aposentadoria.

De qualquer forma, ao se aposentar, o trabalhador cujos rendimentos são maiores que o salário mínimo pode ter seu rendimento paulatinamente reduzido pela própria política da Previdência Social e, com isso, geralmente diminui seu padrão de vida. Assim, existe um movimento, ainda que tímido, de retorno ou permanência no mundo do trabalho. Como se pode verificar na Tabela 4, em que pese o crescimento da contribuição do benefício previdenciário no rendimento total dessas pessoas ocupadas que são aposentadas e/ou pensionistas, no decorrer do período, a contribuição do rendimento do trabalho do aposentado idoso é sempre bem maior (em torno de 60%).

Insuficiente para a subsistência, em alguns casos, ou para a manutenção do padrão de vida, em outros, nota-se que a importância do benefício para o rendimento médio familiar diminui à medida que avança a faixa etária, sobretudo em 2014/15, como pode ser observado na Tabela 5. Além disso, retrai-se, ao longo do período analisado, o peso dos rendimentos da aposentadoria obtidos pelos idosos para a manutenção familiar que, sem dúvida, impacta no nível de vida dessas famílias. Entretanto, há que se levar

em conta que a diminuição do peso da aposentadoria por si só não significa, necessariamente, apenas redução de seu valor, pois pode refletir, também, o aumento da importância dos rendimentos do trabalho.

**T
A
B
E
L
A

4**

Distribuição da composição do rendimento médio real dos ocupados aposentados/pensionistas (1), segundo faixas etárias e fontes de rendimento

Região Metropolitana de São Paulo – 1986/87-2014/15

Em porcentagem

Faixas etárias e fontes de rendimento	1986/87	1999/00	2014/15
Total	100,0	100,0	100,0
No trabalho principal	69,9	65,6	59,4
Benefício previdenciário	30,1	34,3	40,6
60 anos e mais	100,0	100,0	100,0
No trabalho principal	67,6	64,2	59,5
Benefício previdenciário	32,4	35,8	40,5
60 a 64 anos	100,0	100,0	100,0
No trabalho principal	68,5	66,4	60,2
Benefício previdenciário	31,5	33,6	39,8
65 a 69 anos	(2)	100,0	100,0
No trabalho principal	(2)	61,1	60,0
Benefício previdenciário	(2)	38,9	40,0
70 anos e mais	(2)	100,0	100,0
No trabalho principal	(2)	63,2	57,8
Benefício previdenciário	(2)	36,8	42,2
70 a 74 anos	(2)	(2)	(2)
No trabalho principal	(2)	(2)	(2)
Benefício previdenciário	(2)	(2)	(2)
75 anos e mais	(2)	(2)	(2)
No trabalho principal	(2)	(2)	(2)
Benefício previdenciário	(2)	(2)	(2)

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e MTPS/FAT.

(1) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Nota: Inflator utilizado: ICV-Dieese.

**Proporção do rendimento médio real dos ocupados (1)
no rendimento médio familiar (2),
segundo faixas etárias**

Região Metropolitana de São Paulo – 1986/87-2014/15

Em porcentagem

Faixas etárias	1986/87	1999/00	2014/15
Total	89,3	82,9	80,3
60 anos e mais	71,1	58,7	50,1
60 a 64 anos	72,3	64,4	62,6
65 a 69 anos	67,4	55,9	45,8
70 anos e mais	67,7	52,7	37,4
70 a 74 anos	65,0	52,3	38,0
75 anos e mais	68,1	51,4	35,4

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e MTPS/FAT.

(1) Rendimentos de aposentadorias ou pensões recebidas pelos indivíduos ocupados, cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado.

(2) O rendimento familiar total consiste na soma de rendimentos de aposentadorias ou pensões, do trabalho principal e adicional (só de ocupados), de trabalhos ocasionais precários (só de inativos com trabalho ocasional e de desempregados com trabalho precário) e do seguro-desemprego (só de desempregados e de inativos) recebidos pelos indivíduos maiores de dez anos cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. O tamanho da família é o total de indivíduos cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. Uma mesma família pode ser contabilizada em mais de uma faixa etária.

Nota: Inflator utilizado: ICV-Dieese.

Aprofundando a análise sobre a importância dos rendimentos do trabalho dos idosos, nota-se que, na composição do rendimento médio familiar, quanto maior for a renda familiar *per capita*, mais importante torna-se o rendimento das pessoas com 60 anos e mais, principalmente entre aquelas de 60 a 69 anos (Tabela 6).

Assim, as famílias com maior renda *per capita* (grupo 4) são as que apresentaram o maior peso desses rendimentos na sua composição, em todos os períodos analisados, sempre superior a 40,0%, com destaque para a faixa etária de 60 a 64 anos (67,2%, em 2014/15).

Proporção do rendimento médio real dos ocupados (1) no rendimento médio familiar (2), por grupos de rendimento familiar *per capita*, segundo faixas etárias

Região Metropolitana de São Paulo – 2014/15

Em porcentagem

Famílias com pelo menos um indivíduo nas faixas etárias	Total	Grupos de rendimento (3)			
		Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Total de famílias	80,3	79,7	75,9	81,3	81,3
60 anos e mais	50,1	36,5	33,6	49,8	55,7
60 a 64 anos	62,6	50,7	50,6	58,6	67,2
65 a 69 anos	45,8	30,9	29,4	46,0	51,3
70 anos e mais	37,4	22,6	21,8	38,1	43,4
70 a 74 anos	38,0	20,7	22,1	36,6	44,6
75 anos e mais	35,4	23,2	20,1	36,9	41,1

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e MTPS/FAT.

(1) Rendimentos do trabalho principal recebidos pelos indivíduos ocupados maiores de dez anos cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. Incluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) O rendimento familiar total consiste na soma de rendimentos de aposentadorias ou pensões, do trabalho principal e adicional (só de ocupados), de trabalhos ocasionais precários (só de inativos com trabalho ocasional e de desempregados com trabalho precário) e do seguro-desemprego (só de desempregados e de inativos) recebidos pelos indivíduos maiores de dez anos cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. O tamanho da família é o total de indivíduos cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. O rendimento familiar *per capita* corresponde ao rendimento familiar total dividido pelo tamanho da família.

(3) O grupo 1 corresponde aos 25% de famílias com menor renda familiar *per capita*; o grupo 2 corresponde aos 25% de famílias com renda familiar *per capita* maior que a do grupo 1, porém menor que a do grupo 3; o grupo 3 corresponde aos 25% de famílias com renda familiar *per capita* maior que a do grupo 2, porém menor que a do grupo 4; o grupo 4 corresponde aos 25% de famílias com maior renda familiar *per capita*. Uma mesma família pode ser contabilizada em mais de uma faixa etária.

Nota: Inflator utilizado: ICV-Dieese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças culturais e demográficas observadas nas sociedades ocidentais impactaram diretamente no mundo do trabalho. A redefinição do papel da mulher, a extensão da juventude e o adiamento da velhice são marcas, entre outras, do mundo atual e justificam, em parte, a tendência observada de ampliação da vida produtiva remunerada dos idosos, além da premência da sobrevivência ou da manutenção do nível de vida dessa parcela da população. As atuais condições demográficas, no que se convencionou a chamar de “bônus demográfico” ou “janela demográfica”, ainda favorecem, mesmo que precariamente, as tradicionais maneiras de financiar o sistema público de previdência social, mas serão insuficientes para lidar no futuro com a população idosa, que no Brasil cresce a taxas

mais elevadas que nos países desenvolvidos. Nesse sentido, há que se procurar novas formas de financiamento da previdência, que comportem a crescente população idosa.

O que se observa é a prevalência de prorrogação da vida ativa, sobretudo, entre aqueles mais escolarizados e que, provavelmente, tiveram trabalhos não braçais, menos extenuantes, que direta e indiretamente lhes propiciam melhores condições de saúde, facilitando sua re(inserção) no mercado de trabalho na condição de idoso.

Em termos de perfil de mão de obra e refletindo as mudanças na sociedade, o mundo do trabalho está mais feminino e menos jovem – pelo paulatino decréscimo da participação dos jovens e aumento da inserção das pessoas de 60 anos e mais. Paralelamente, apesar de a maior parte da demanda no período recente de expansão da economia brasileira ter sido por mão de obra com baixa qualificação, foi crescente a procura, em alguns setores de atividade, por trabalhadores com maiores conhecimentos, qualificações e especializações.

Assim, a permanência ou retorno da força de trabalho idosa é positiva para as empresas sob o ponto de vista de captação e retenção do talento, conhecimento e experiência que possui esse grupo etário, além de contribuir para a autoestima dos idosos, via trabalho remunerado, em uma sociedade que atribui ao trabalho importância na constituição das identidades sociais.

Segundo especialistas no tema, é preciso “repensar os modelos de gestão, as condições e as práticas de trabalho, visto que as características físicas e intelectuais já não são as mesmas no idoso e no indivíduo jovem” (RIBAS; GNAP; PURPER, 2013).

Além disso, para a real e satisfatória (re)inserção dos idosos no mercado de trabalho, é necessária uma mudança de atitude em relação às pessoas mais velhas. É imperioso que empregadores, tanto privados como públicos, aprendam a ver os trabalhadores mais velhos como um ativo real, evitando qualquer tipo de discriminação, além de ajustar as condições e horas de exercício de suas atividades.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, A.S. et al. *Os idosos em situação de dependência e a proteção social no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009. (Texto para discussão, n. 1.402).
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Estatuto do idoso*. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm>. Acesso em: 27 abr. 2016.
- BRITO, A.; FOGUEL, M.; KERSTENETZKY, C. *Afinal, qual a contribuição da política de valorização do salário mínimo para a queda da desigualdade no Brasil? Uma estimativa para o período 1995-2013*. Niterói: Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento – Cede, dezembro de 2015. (Texto para discussão, n. 109).
- CAMARANO, A.A. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: Ipea, 2004.
- _____. O idoso brasileiro no mercado de trabalho. Nota Técnica. *Boletim de Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*, Rio de Janeiro, n. 12, fevereiro 2000.
- DUCHESNE, D. Plus de personnes âgées au travail. *Perspective*. Statistique Canada, n. 75-001-XIF au catalogue, Février 2004.
- FLORES, L.P.O. O envelhecimento da população brasileira. *Redeca*, v. 2, n. 1, p. 86-100, jan./jun. 2015.
- FRANCO, L.T. de M.; WAJNMAN, S. O papel dos idosos na redistribuição da renda domiciliar *per capita* no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu. *Anais...* Caxambu-MG: Abep, 2010.
- FUNDAÇÃO SEADE. *1ª Análise*, n. 6, setembro 2013.
- OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Normas mínimas da seguridade social*. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/468>>. Acesso em: 09 mar. 2014.
- PÉREZ, E.R.; WAJNMAN, S.; OLIVEIRA, A.M.H.C. de. Análise dos determinantes da participação no mercado de trabalho dos idosos em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 269-286, jul./dez. 2006.
- PWC. *Envelhecimento da força de trabalho no Brasil*. Pesquisa em parceria com a Eaesf-FGV. Março de 2013.
- RIBAS, F.T.T.; GNAP, C.I.; PURPER, C.Z. O idoso e o mercado de trabalho. In: CONGRESSO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FSG, 1., 2013, Caxias do Sul. Caxias do Sul-RS, Faculdade da Serra Gaúcha – FSG, 2013.

NOTA AOS COLABORADORES

Os artigos publicados pelo *Primeira Análise* devem ser relacionados a pesquisas da Fundação Seade. As colaborações podem ser tanto de integrantes da Fundação como de analistas externos.

A publicação não remunera os autores por trabalhos publicados. A remessa dos originais para apreciação implica autorização para publicação pela revista, embora não haja obrigação de publicação.

A editoria do boletim poderá contatar o autor para eventuais dúvidas e/ou alterações nos originais, visando manter a homogeneidade e a qualidade da publicação, bem como adequar o texto original ao formato dos artigos do *Primeira Análise* – e para isso podem ser realizadas reuniões de ajuste de conteúdo editorial com os autores.

É permitida sua reprodução total ou parcial, desde que seja citada a fonte.

E-mail de contato: cassiaadduci@seade.gov.br

NORMAS EDITORIAIS

O artigo deverá ser digitado em Word (fonte TIMES NEW ROMAN, corpo 12), contendo no mínimo 15 e no máximo 30 páginas, em espaço duplo.